



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMARES ESTADO DE PERNAMBUCO

Pregão Eletrônico nº 003/2025

Processo Licitatório nº 005/2025

BRASIL PREDIAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 42.078.571/0001-99, vem, mui respeitosamente, por meio de seu representante legal que ao final subscreve, com fundamento no art. 165, §4º da Lei nº 14.133/2021, interpor, tempestivamente, as presentes

CONTRARRAZÕES AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

apresentados pelas empresas **LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA** e **NUTRICASH SERVIÇOS LTDA** no certame em epígrafe, cujos fundamentos destas contrarrazões são suficientes para a manutenção da decisão de habilitação da empresa Recorrida, ante o atendimento integral a todas as condições editalícias, conforme a seguir exposto.

1. SÍNTESE FÁTICA

Trata-se de procedimento licitatório, do tipo Pregão Eletrônico, registrado sob o nº 003/2025, realizado pela Prefeitura Municipal dos Palmares/PE, cujo objeto é a *“contratação de empresa especializada em implantação e operação de sistema informatizado e integrado, com acesso por meio de cartão magnético ou login com senha/rede, via internet, através de rede de estabelecimentos credenciados, para aquisição de materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios*



de construção, elétrico e hidráulico, destinado a utilização da Secretaria de Infraestrutura nas suas ações, no âmbito da Prefeitura Municipal dos Palmares”, com critério de classificação o menor Preço Global Representada pelo menor percentual administrativo (taxa), com data de abertura das propostas para o dia 10/06/2025, às 08h30min.

Na data designada, após etapa competitiva de lances e regular andamento do feito se sagrou vencedora a empresa ora Recorrida, por haver apresentado a melhor proposta válida para o certame e cumpridas todas as condições de habilitação.

Irresignadas, as empresas LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA e NUTRICASH SERVIÇOS LTDA manifestaram intenção de recurso, tendo protocolado tempestivamente suas razões recursais, alegando em breve síntese a inexequibilidade da proposta e o não envio de documentação de habilitação.

No entanto, tais alegações são meras suposições, de modo que os recorrentes não juntaram aos autos qualquer acervo fático-probatório para sustentar suas afirmações.

Desta forma, se faz necessária a manutenção da decisão, garantia do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, vantajosidade e supremacia do interesse público, conforme contrarrazões a seguir expostas.

2. DO RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA EMPRESA LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA. DA MANIFESTA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA.

A empresa **BRASIL PREDIAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA** apresentou proposta com percentual administrativo (PA) que equivale a taxa administrativa (TA) + taxa de credenciamento (TC) resultante em -0,40%. Sendo a taxa administrativa (TA) -1,64% e a taxa de credenciamento (TC) 1,24%. Destacamos a planilha reajustada anexada:

LOTE 01 – ITEM 01		
PROJEÇÃO CONSIDERANDO 12 (DOZE) MESES		VALORES
Contratação de empresa especializada em implantação e operação de sistema informatizado e integrado, com acesso por meio de cartão magnético ou login com senha/rede, via internet, através de rede de estabelecimentos credenciados, para aquisição de materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios de construção, elétrico e hidráulico, destinado a utilização da Secretaria de Infraestrutura nas suas ações, no âmbito da Prefeitura Municipal dos Palmares		R\$ 3.829.334,00
Geral		R\$ 3.829.334,00
Percentual Taxa Administrativa (TA)		-1,64%
Percentual Taxa de Credenciamento (TC)		1,24%
PERCENTUAL ADMINISTRATIVO (PA) TA + TC:		-0,40%
TOTAL DE TAXAS ESTIMADO (T.T) = TAXA DE ADMINISTRAÇÃO + TAXA DE CREDENCIAMENTO	(%)	VALOR
	-0,40%	-R\$ 15.317,34
VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA 12 MESES COM T.T:		R\$ 3.814.016,66

A Recorrente LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA, assevera que a Recorrida apresentou proposta inexecutável a fim de ludibriar a Administração Pública, visto que apresentou em seu lance o total de taxas estimado (T.T) equivalente a -0,40%, isto é, taxa negativa.

Entretanto, tal entendimento não deve prosperar.

Destarte, o Edital do certame estabelece em seu **item 4** acerca da taxa de administração e valores estimados, vejamos:

4. DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, QUANTITATIVOS E VALORES ESTIMADOS:

4.1 Em atendimento ao Acórdão TCE/PE nº1327/18, para efeito de julgamento do vencedor da licitação, será considerado o menor percentual administrativo ofertado pela licitante participante, podendo esta inclusive ser negativa, sendo para tanto, considerado o somatório da taxa administrativa com a taxa total de credenciamento.

a) Considera-se taxa administrativa aquela cobrada da CONTRATADA à Administração Pública;

b) Considera-se taxa total de credenciamento o somatório das taxas que poderão ser cobradas pela CONTRATADA aos entes credenciados.

4.2 Será admitida uma taxa administrativa, ofertada em percentual, com no máximo duas casas decimais, não superior a – 0,00 % (Zero por cento).



Desta forma, fica incontroverso que o edital estipulou as seguintes condições:

4.3 Será admitida uma taxa total de credenciamento, ofertada em percentual, com no máximo duas casas decimais, não superior a 1,24% (Um virgula vinte e quatro por cento).

Desta forma, verifica-se que a **taxa de administração de -1,64%** se mostra compatível com o **item 4**, visto que se revela menor que a imposição de não ser superior ao percentual de 1,24%, ao passo que ainda que negativa, é perfeitamente cabível ao certame.

Ainda, a **taxa de credenciamento** da proposta foi de 1,24% em total obediência ao **item 4** do edital em comento. Ademais, o **valor total de taxa no importe de -0,40%** se revela plenamente cabível, uma vez que se revela de acordo ao **item 4**, conforme explicitado ao norte.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, sob a relatoria do Exmo. Conselheiro Agostinho Patrus, decidiu:

DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. PREGÃO ELETRÔNICO. registro de preços. contratação de serviço de gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos. AUSÊNCIA DE EXIGÊNCIAS EXCESSIVAS pela administração. critério de julgamento do menor percentual de taxa de administração conjugado. critério de julgamento das propostas em que será o vencedor a empresa gerenciadora que oferecer o maior percentual de desconto sobre o valor da hora/homem (mão de obra) fixado pelo instrumento convocatório. ampla pesquisa de mercado. taxa de administração negativa. ausência de restrição À AMPLA COMPETITIVIDADE do certame OU DIRECIONAMENTO. improcedência. arquivamento.

3. É amplamente aceito pela jurisprudência desta Corte de Contas a taxa de administração negativa para serviços de administração e gerenciamento de frota.

4. Verificado que não houve vedação à oferta de taxa de administração negativa, nem mesmo a adoção de teto de desconto, mas sim a fixação de parâmetro mínimo a ser observado, deve ser afastado o apontamento de irregularidade relativo à pretensa fixação de taxa máxima de desconto.

(TCE-MG - DENÚNCIA: 1120184, Relator.: CONS. AGOSTINHO PATRUS, Data de Julgamento: 24/10/2023, PRIMEIRA CÂMARA, Data de Publicação: 22/11/2023)



Desta maneira, convém destacar que o presente edital não vedou a oferta de taxa de administração negativa, somente fixando parâmetro MÁXIMO positivo de porcentagem.

Portanto, tais parâmetros estão em total consonância ao entendimento jurisprudencial regente, bem como ao edital em comento. Neste espeque, o presente expediente não se trata de uma proposta inexecutável, visto que possui os exatos parâmetros foram delimitados pelo instrumento convocatório, com ampla aceitação jurisprudencial.

No tocante à irresignação da Recorrente quanto à taxa de antecipação apresentada pela Recorrida, vale rememorar que o item 4.4 dispõe sistematicamente que eventuais taxas de adiantamento pagamento pactuadas entre o credenciado e a contratada, quando inferiores aos 30 (trinta) dias após a execução da prestação de serviços, serão excetuadas do cálculo de taxa a ser cobrada dos estabelecimentos credenciados.

Neste sentido, o entendimento jurisprudencial do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, decidiu:

AMBIENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TAXA NEGATIVA.

1. Na quarterização, a Administração Pública contrata empresa (intermediadora) especializada, que se encarrega de disponibilizar um sistema de gerenciamento visando à manutenção ou abastecimento dos veículos integrantes de sua frota, os quais, em suma, serão realizados pela rede de estabelecimentos conveniados - oficinas, funilarias, postos, entre outras. Dentro dessa sistemática, tem ocorrido todas as licitações, que diariamente são deflagradas, sendo essas no âmbito da União, Estados, Municípios e sua administração indireta. Destarte, a dinâmica do gerenciamento de frota possui a natureza de repasse, isso é, o desconto ofertado para a Administração, leia-se, taxa negativa, é repassado para a rede credenciada, por meio de taxas de credenciamento e antecipação, pactuadas em contratos privados. **Assim, o desconto ofertado não acarreta prejuízo às gerenciadoras, posto que possuem como renda majoritária os valores privados advindos da rede credenciada e das aplicações financeiras.**

2. Decisão agravada mantida.

(TRF-4 - AG: 50483986920224040000 RS, Relator.: TANI MARIA WURSTER, Data de Julgamento: 28/03/2023, 3ª Turma)

É claro o entendimento jurisprudencial, uma vez que a taxa negativa não acarreta prejuízo as gerenciadas, visto que é inerente a complexidade do objeto licitado, oferecendo ainda maior vantagem à Administração Pública. Portanto, inexistente inexecutabilidade na proposta

apresentada pela Recorrida, uma vez que seguiu em total conformidade com o exposto no edital.

Desta forma, a composição da proposta é consubstanciada pela seguinte equação: taxa de valor estimado, diminuindo o importe referente a taxa de administração, que resultará no valor total da proposta. Ao tratar pormenorizadamente dos custos fixos de operação, despesas administrativas, impostos e lucro, conforme já descrito na planilha de exequibilidade da proposta, chega-se a seguinte soma:

COMPOSIÇÃO DA PROPOSTA		
(A) VALOR ESTIMADO	R\$ 3.829.334,00	
(B) TAXA ADMINISTRAÇÃO	-R\$ 62.801,08	-1,64%
VALOR TOTAL DA PROPOSTA	R\$ 3.766.532,92	100,00%
(C) TAXA DE CREDENCIAMENTO	R\$ 47.483,74	1,24%
(D) TAXA DE ADIANTAMENTO	R\$ 150.284,66	3,99%
RECEITA	R\$ 134.967,33	(B) + (C) + (D)
COMPOSIÇÃO DE CUSTOS		
IMPOSTOS SOBRE A RECEITA	R\$ 7.625,65	0,20%
PIS (0,65%)	R\$ 877,29	0,02%
COFINS (3%)	R\$ 4.049,02	0,11%
ISS (2%)	R\$ 2.699,35	0,07%
CUSTOS + DESPESAS	R\$ 127.585,39	3,36%
(B) TAXA ADMINISTRAÇÃO	R\$ 62.801,08	1,64%
MÃO DE OBRA, INSUMOS, MATERIA PRIMA	R\$ 40.490,20	1,07%
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	R\$ 24.294,12	0,64%
LUCRO	R\$ 135.211,05	3,59%
IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	R\$ 45.935,20	1,22%
CSLL (9%)	R\$ 12.168,99	0,32%
IRPJ + AIRPJ (25%)	R\$ 33.766,20	0,90%
RESULTADO	R\$ 89.275,85	2,37%

Ou seja, na prática, quando analisamos a proposta apresentada e sua

BRASIL PREDIAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 42.078.571/0001-99

e-mail: licitacao@brasilpredial.com.br



planilha de composição de custos, é possível de verificar que a empresa Brasil Predial aferirá lucro, em nada sendo constatado a inexecutabilidade apresentada.

O valor máximo alcançado pelas taxas em seu valor máximo, alcança o importe de R\$ 3.829.334,00, ao passo que o valor apresentado na proposta vencedora é de R\$ 3.766.532,76, ou seja, se diminuiu 1,64% do valor máximo, o que se demonstra UMA PROPOSTA TOTALMENTE EXEQUÍVEL a ser realizada pela empresa Recorrida.

Assim sendo, diante da exequibilidade comprovada, resta claro a previsão de retorno financeiro, comprovando equilíbrio contratual, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

3. DO INTUITO MERAMENTE PROTETÓRIO DA RECORRENTE.

A Recorrente LINK CARD, por meio do presente recurso administrativo, busca claramente protelar o regular andamento do certame e confundir o Ilmo. Pregoeiro. Tal conduta se evidencia ao apresentar um recurso elaborado por meio de mero 'copia e cola', sem sequer revisar adequadamente seu conteúdo, a ponto de mencionar, equivocadamente, a empresa PERSONAL NET como objeto de análise. A título de exemplo, destacamos o seguinte trecho do recurso:

Ao analisar minuciosamente a proposta de preços da PERSONAL NET, torna-se inequívoco que a empresa pretende cobrar uma taxa da rede credenciada bem alta, sendo 3,99% a título de adiantamento e 1,24% de credenciamento, senão vejamos:

Diante do exposto, resta evidente que a empresa LINK CARD não realiza uma análise minuciosa das propostas de preços, como tenta fazer crer em suas razões recursais. Ao contrário, limita-se a replicar os mesmos argumentos utilizados em outros certames, apenas atualizando os valores, sem sequer verificar se tais alegações se aplicam ao caso concreto.

Assim, conclui-se que os argumentos apresentados pela Recorrente têm nítido propósito de procrastinar o regular andamento do certame e, ainda, de tentar indevidamente influenciar a decisão acertada do Ilmo. Pregoeiro.



É importante destacar que condutas de caráter manifestamente protelatório no âmbito das licitações comprometem não apenas a celeridade e a eficiência do procedimento, mas também afrontam os princípios da legalidade e do interesse público. A interposição de recursos infundados, baseados em argumentos genéricos, desconectados da realidade do certame, revela nítida tentativa de atrasar o regular andamento do processo licitatório, em evidente desvio de finalidade.

Tal prática deve ser coibida pela Administração, a fim de preservar a lisura, a competitividade e a economicidade do procedimento, evitando prejuízos tanto para a Administração quanto para os licitantes que atuam de forma ética e responsável.

4. DO RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA EMPRESA NUTRICASH SERVIÇOS LTDA. DO BALANÇO CONTÁBIL APRESENTADO. DA IMPROCEDÊNCIA DAS ALEGAÇÕES.

Ilmo. Pregoeiro, a **NUTRICASH SERVIÇOS LTDA**, ora Recorrente, aduziu que a Recorrida, quando apresentou sua proposta, não observou ao item 9.10.2 do edital e à exigência legal de apresentação do balanço patrimonial dos dois últimos exercícios sociais.

Imperioso analisar as exigências para a verificação de qualificação econômico-financeira com a finalidade de habilitação no presente certame, especialmente no que se refere ao balanço patrimonial:

9.10.2 - Balanço patrimonial dos últimos exercícios sociais;

- a) **BALANÇO PATRIMONIAL, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DE EXERCÍCIO e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme disposto no art. 69, I, da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) A empresa deverá apresentar MEMORIAL DE CÁLCULO para cada Balanço apresentado, considerando no total dois balanços, respectivamente referente aos dois últimos exercícios, comprovando a boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), igual ou superior a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:



a) Liquidez Corrente	LC	=	<u>Ativo Circulante</u> Passivo Circulante
b) Liquidez Geral	LG	=	<u>Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo</u> Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo
c) Solvência Geral	SG	=	<u>Ativo Total</u> Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

c) A empresa licitante que não apresentar os memoriais de cálculo dos índices, a Comissão se reserva o direito de calcular; e

d) Os índices econômico-financeiros adotados acima foram extraídos da Instrução Normativa IN 003/2018, de 26 de abril de 2018 – Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – SEGES, alterada pela Instrução Normativa IN 010/2020, de 10 de fevereiro de 2020 – Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia – SEDGG.

9.10.2.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

9.10.2.2 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º);

9.10.2.3 O balanço patrimonial e as demonstrações Contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo proprietário da empresa licitante;

9.10.2.4 O balanço emitido via Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital - Sped Fiscal, será aceito devidamente autenticado, mediante recibo de entrega emitido pelo Sped, conforme autoriza o art. 78 –A, §1.º e § 2.º do Decreto n.º 1.800/1996, alterado pelo Decreto n.º 8.683/2016;

9.10.3 Comprovação de Capital Social, através de contrato social registrado na Junta Comercial, igual ou superior a 5% (cinco por cento), do valor do valor estimado da contratação

Ao analisar os documentos exigidos para a habilitação no certame, verifica-se, de forma clara, que foi requerida a apresentação do balanço patrimonial, da demonstração de resultado do exercício (DRE) e das demais demonstrações contábeis **referentes aos dois últimos exercícios sociais**, sem qualquer especificação de que deveriam, obrigatoriamente, corresponder aos anos de 2023 e 2024, conforme equivocadamente sustenta a Recorrente. A exigência limitou-se, portanto, aos últimos dois exercícios sociais, em estrito cumprimento aos requisitos de habilitação.

Ainda que a Recorrente tenha alegado que o prazo para utilização dos balanços referentes aos exercícios de 2022 e 2023 seria até 30/04/2025, à luz do artigo 1.078, I, do



Código Civil, tal argumento não se sustenta. Isso porque desconsidera que os balanços patrimoniais transmitidos via Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) seguem regulamentação específica de natureza federal, notadamente a Instrução Normativa RFB nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021.

Diante disso, embora para empresas que não utilizam o SPED o prazo de encerramento das demonstrações contábeis seja, de fato, até 30 de abril, para aquelas que realizam a escrituração contábil digital, como é o caso da maioria das empresas atualmente, o prazo era até 30 de maio, conforme a normativa anterior. Contudo, com a entrada em vigor da Instrução Normativa RFB nº 2.142, de 26 de maio de 2023, **houve a prorrogação desse prazo para até o dia 30 de junho**, data atualmente vigente. Destacamos:

Altera a Instrução Normativa RFB nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD).

A SECRETÁRIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e a Portaria de Pessoal SE/MF nº 711, de 23 de abril de 2023, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 11 da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e nos arts. 1º e 2º do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa RFB nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021, passa vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º **A ECD deve ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) até o último dia útil do mês de junho do ano subsequente ao ano-calendário a que se refere a escrituração.**

.....

..

§ 3º

I - se o evento ocorrer no período compreendido entre janeiro e maio, a ECD deve ser entregue até o último útil do mês de junho do mesmo ano; ou

II - se o evento ocorrer no período compreendido entre junho e dezembro, a ECD deve ser entregue até o último dia útil do mês subsequente ao do evento.

....."

(NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLAUDIA LUCIA PIMENTEL MARTINS DA SILVA



Sendo assim, ao alegar que seria necessária a apresentação do balanço patrimonial referente ao exercício de 2024, exigência que não encontra qualquer respaldo no edital, a Recorrente não apenas desconsidera o disposto no instrumento convocatório, que claramente exige a apresentação dos dois últimos exercícios sociais, como também ignora as instruções normativas vigentes que regulam a matéria.

Nesse contexto, considerando que a Recorrida cumpriu integralmente as exigências do item 9.10 do edital, apresentando todos os documentos de habilitação em estrita conformidade com o instrumento convocatório e com a legislação aplicável, restou devidamente assegurado o seu direito líquido e certo à habilitação no certame. Tal entendimento, inclusive, foi corretamente reconhecido pelo Ilmo. Pregoeiro, em estrita observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Diante de todo o exposto, isto é, a demonstração inequívoca da plena exequibilidade da proposta apresentada, o atendimento integral às exigências de habilitação e a clara configuração do caráter manifestamente protelatório do recurso interposto pela empresa LINK CARD, requer-se a manutenção da decisão que declarou habilitada a empresa BRASIL PREDIAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, por ser medida que se impõe em estrita observância aos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia e do interesse público.

5. DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto e à luz dos princípios basilares que norteiam a licitação pública, requer-se:

a) o imediato recebimento das presentes contrarrazões, por tempestivas, nos termos da lei aplicável;

b) que seja negado provimento aos recursos administrativos, sendo mantida a decisão de habilitação da empresa BRASIL PREDIAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, para que seja realizada as demais etapas subsequentes do certame, uma vez que a empresa cumpre todas as exigências do edital e está apta para a prestação do serviço de maneira satisfatória em favor da



Administração;

c) Na hipótese de não serem acatados os pedidos, se requer o encaminhamento das contrarrazões à autoridade superior, em conformidade com o §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/21.

Assim, por ser justo e totalmente razoável, espera-se por um parecer favorável à Recorrida.

Termos em que,

Espera-se o deferimento.

Campo Bom/RS, 24 de junho de 2025.

BRASIL PREDIAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

MILTON LENHARO FILHO

RG: 9.576.884-9 SESP/PR CPF: 056.606.089-22